



Revista  
**Educar Mais**

## Inserção profissional de adolescentes na socioeducação sob a perspectiva da literatura científica

*Professional insertion of adolescents in socioeducation from the perspective of scientific literature*

*Inserción profesional de adolescentes en la socioeducación desde la perspectiva de la literatura científica*

Milka Veronica Martins da Luz<sup>1</sup>  • Ricardo Faustino Teles<sup>2</sup> 

### RESUMO

Este artigo objetiva analisar as principais abordagens sobre a inserção profissional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A pesquisa do tipo revisão narrativa, foi realizada, entre os dias 06 a 10 de janeiro de 2025, principalmente no Periódico da CAPES e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando os descritores: "socioeducação", "adolescente em conflito com a lei", "inserção profissional", "educação profissional" e "mundo do trabalho". O corpus final incluiu 11 pesquisas, organizadas em quadro-síntese e representados em fluxograma adaptado do Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (PRISMA). A análise discutiu cinco eixos e os resultados revelam a distância entre o previsto na legislação e a realidade institucional, marcada por desarticulação entre setores, estigmatização dos adolescentes e fragilidade na continuidade das ações. Conclui-se que é necessário adotar práticas pedagógicas emancipadoras, intersetoriais e territorializadas, que valorizem o protagonismo juvenil e consolidem a inserção profissional como um direito efetivo no processo socioeducativo.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Adolescentes em conflito com a lei; Profissionalização; Política pública; Inclusão social.

### ABSTRACT

*This article aims to analyze the main approaches to the professional insertion of adolescents serving socio-educational measures. The research, designed as a narrative review, was carried out between January 6 and 10, 2025, mainly in the CAPES Journal Portal and the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), using the descriptors: "socio-education," "adolescent in conflict with the law," "professional insertion," "vocational education," and "world of work." The final corpus included 11 studies, organized in a synthesis table and represented in a flowchart adapted from the Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA). The analysis discussed five axes, and the results reveal the gap between what is established in legislation and institutional reality, marked by disarticulation between sectors, stigmatization of adolescents, and fragility in the continuity of actions. It is concluded that it is necessary to adopt emancipatory, intersectoral, and territorialized pedagogical practices that value youth protagonism and consolidate professional insertion as an effective right in the socio-educational process.*

**Keywords:** *Socio-education; Adolescents in conflict with the law; Professionalization; Public policy; Social inclusion.*

<sup>1</sup> Licenciada em História, Especializou-se em Docência do Ensino Superior, Mestra em Maestria em Ciências Jurídicas e Mestranda no Instituto Federal de Brasília (IFB), Brasília/DF – Brasil. E-mail: venusmv@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Florestais e Docente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Brasília (IFB), Brasília/DF – Brasil. E-mail: ricardo.teles@ifb.edu.br

## RESUMEN

*Este artículo tiene como objetivo analizar los principales enfoques sobre la inserción profesional de adolescentes en cumplimiento de medidas socioeducativas. La investigación, del tipo revisión narrativa, se llevó a cabo entre los días 6 y 10 de enero de 2025, principalmente en el Portal de Periódicos de CAPES y en la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones (BDTD), utilizando los descriptores: "socioeducación", "adolescente en conflicto con la ley", "inserción profesional", "educación profesional" y "mundo del trabajo". El corpus final incluyó 11 investigaciones, organizadas en un cuadro-síntesis y representadas en un diagrama de flujo adaptado de los Principales Ítems para Informar Revisiones Sistemáticas y Metaanálisis (PRISMA). El análisis discutió cinco ejes, y los resultados revelan la distancia entre lo previsto en la legislación y la realidad institucional, marcada por la desarticulación entre sectores, la estigmatización de los adolescentes y la fragilidad en la continuidad de las acciones. Se concluye que es necesario adoptar prácticas pedagógicas emancipadoras, intersectoriales y territorializadas, que valoren el protagonismo juvenil y consoliden la inserción profesional como un derecho efectivo en el proceso socioeducativo.*

**Palabras clave:** *Socioeducación; Adolescentes en conflicto con la ley; Profesionalización; Política pública; Inclusión social.*

## 1. INTRODUÇÃO

O Sistema Socioeducativo brasileiro, instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e regulamentado pelas diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), estabelece um conjunto de medidas destinadas à responsabilização de adolescentes em conflito com a lei. Essas medidas devem estar ancoradas na garantia de direitos e na perspectiva de ressocialização, o que inclui o acesso à educação, à cultura, à saúde e à inserção profissional. Entre os direitos assegurados, a inserção no mundo do trabalho representa não apenas um mecanismo de inclusão social, mas também uma etapa fundamental no processo de reconstrução de projetos de vida para esses jovens.

A inserção profissional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas carrega uma dimensão ética e política. Ela se vincula à urgência de enfrentar desigualdades históricas, principalmente no que se refere ao acesso à educação de qualidade e às oportunidades laborais. Muitos desses adolescentes vivenciaram trajetórias marcadas por exclusão, pobreza e abandono institucional. Nesse sentido, a oferta de programas formativos e de inserção no trabalho pode contribuir para romper ciclos de vulnerabilidade e ampliar as possibilidades de reintegração social efetiva.

Apesar de prevista legalmente, a implementação de ações voltadas à inserção profissional e no mercado de trabalho no contexto da socioeducação ainda enfrenta inúmeros desafios. Falta de estrutura, ausência de parcerias com instituições externas, fragilidade das políticas públicas e preconceito social são alguns dos obstáculos apontados em diversas pesquisas. Por outro lado, a literatura científica vem se debruçando sobre essas questões, apresentando propostas, diagnósticos e experiências que ajudam a compreender o alcance e os limites das iniciativas em curso.

Diante disso, torna-se necessário reunir e analisar os principais aportes teóricos que vêm sendo produzidos sobre o tema. Um estudo bibliográfico permite não apenas identificar os avanços e lacunas presentes nas pesquisas, mas também contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas e institucionais desenvolvidas nas unidades socioeducativas. Trata-se, portanto, de uma investigação que dialoga com os marcos legais, com as políticas públicas e com o campo da educação social.

Partindo dessa problemática, este artigo tem como objetivo analisar, a partir da literatura científica, as principais abordagens sobre a inserção profissional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, destacando desafios, políticas públicas e propostas de formação para o trabalho.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, voltada para identificar e discutir as produções científicas acerca da inserção profissional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil. Ainda que não apresente o mesmo rigor formal de uma revisão sistemática, buscou-se adotar procedimentos de busca, seleção e análise capazes de garantir clareza, consistência e rastreabilidade ao processo investigativo.

A questão norteadora que orientou a revisão foi: "Para tanto, busca-se responder à seguinte pergunta norteadora: quais são as contribuições da literatura científica para a compreensão da inserção profissional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil?".

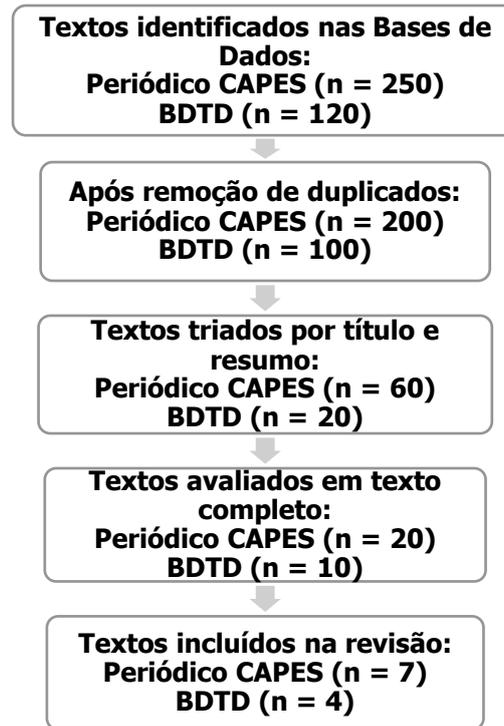
As buscas foram realizadas, entre os dias 06 e 10 de janeiro de 2025, nas seguintes fontes: Periódico da CAPES, para consulta a artigos científicos; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e repositórios institucionais, para trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC); e legislação e documentos oficiais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), além de manuais e livros de referência na área da socioeducação.

Foram utilizados os seguintes descritores de busca: "socioeducação", "adolescente em conflito com a lei", "inserção profissional", "educação profissional" e "mundo do trabalho". O recorte temporal considerou publicações entre 2000 e 2024, período em que se intensificaram as produções científicas e as políticas públicas voltadas ao tema, porque foi nesse intervalo que o debate sobre inserção profissional de adolescentes na socioeducação ganhou maior densidade acadêmica e respaldo político-institucional.

Definiram-se como critérios de inclusão: (i) textos em língua portuguesa; (ii) acesso integral; (iii) estudos que abordassem diretamente a socioeducação e sua interface com a inserção profissional e a inserção no mundo do trabalho. Foram excluídos textos que (i) tratavam apenas de medidas punitivas sem relação com educação ou trabalho; (ii) não apresentavam dados empíricos ou reflexões teóricas aplicáveis ao contexto socioeducativo; (iii) estavam duplicados nas bases consultadas.

O processo de seleção dos estudos está representado no fluxograma (Figura 1) simplificado, inspirado no modelo PRISMA e adaptado ao formato de revisão narrativa. Esse recurso permite visualizar, de forma clara, as etapas de identificação, triagem, avaliação de elegibilidade e inclusão dos textos, assegurando maior transparência quanto aos procedimentos adotados na constituição do corpus da pesquisa.

Figura 1 - Fluxograma do processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos



Fonte: Organizado pelos Autores (2025).

Além disso, com o objetivo de sistematizar as informações coletadas, foi elaborado o Quadro 1 que organiza os estudos selecionados segundo autor, ano, local, tipo de estudo, população, foco e principais achados. Essa estratégia contribui para facilitar a comparação entre os trabalhos, evidenciar as convergências e divergências e reforçar a rastreabilidade dos resultados apresentados.

Quadro 1 - Estudos incluídos na revisão narrativa sobre inserção profissional de adolescentes na socioeducação

PERIÓDICO DA CAPES						
Nº	Ano	Autor(es)	Título	Tipo	Revista/ Instituição	Tipo de Estudo
1	2012	Carneiro	Socioeducação e juventude: reflexões sobre a educação de adolescentes e jovens para a vida em liberdade	Artigo	Serviço Social em Revista, Londrina	Manual/obra de referência
2	2017	Cella; Tedesco; Melo	Reflexões teóricas acerca da efetividade das medidas socioeducativas	Artigo	Revista Jurídica, Pato Branco/PR	Teórico- Conceitual
3	2024	Barbosa	Jovens trabalhadores em semiliberdade no estado do Rio de Janeiro: reflexões sobre o trabalho protegido e o trabalho infantil	Artigo	Contribuciones a las Ciencias	Ensaio/Reflexão Crítica
4	2024	Barros et al.	A educação profissional como política de inclusão na socioeducação do ES: um estudo sobre os egressos dos cursos de qualificação profissional	Artigo	Contribuciones a las Ciencias Sociales	Estudo Empírico

5	2024	Lima	Efeitos da superlotação no trabalho de segurança socioeducativa: uma análise comparativa entre Amazonas e Rio de Janeiro	Artigo	Revista de Estudos Empíricos em Direito	Estudo Empírico Comparativo
6	2024	Correia; Camargo	Relações de trabalho e desafios para a inclusão de pessoas em cumprimento de medidas socioeducativas: um ensaio teórico baseado na	Artigo	Psicologia e Saúde em Debate	Ensaio Teórico
7	2025	Meireles; Martins; Fernandes	Formação continuada de servidores e satisfação no trabalho socioeducativo	Artigo	Cadernos Cajuína, Teresina	Estudo Empírico
<b>Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e repositórios institucionais</b>						
<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Revista/Instituição</b>	<b>Tipo de Estudo</b>
8	2019	Savanhago	Sentidos Sobre o Trabalho para Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	Dissertação	Universidade Federal de Santa Catarina	Pesquisa Qualitativa
9	2020	Silva	A socioeducação e escolarização de adolescentes em conflito com a lei no Centro Educativo Masculino da Fundação de Atendimento Socioeducativa do Pará – FASEPA	Dissertação	Universidad Autónoma de Asunción	Estudo de Caso
10	2021	Oliveira et al.	Menores infratores: ampliando perspectivas por meio da orientação profissional – Projeto Integrar	TCC	Centro Universitário de Belo Horizonte	Estudo Aplicado
11	2021	Ribeiro	Educação prisional: sua importância e possibilidade na ressocialização de pessoas em privação de liberdade	TCC	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Estudo Aplicado

Fonte: Organizado pelos Autores (2025).

A síntese apresentada no quadro 1 evidencia a diversidade de abordagens encontradas na literatura, contemplando desde reflexões teóricas e manuais institucionais até estudos empíricos aplicados em diferentes contextos. Essa variedade demonstra que a temática da inserção profissional de adolescentes na socioeducação é analisada sob múltiplos olhares, revelando avanços significativos, mas também lacunas que precisam ser enfrentadas. Podemos compreender, portanto, que o diálogo entre produções acadêmicas, documentos oficiais e experiências práticas constitui um caminho necessário para consolidar políticas mais eficazes e comprometidas com a inclusão social desses jovens.

A análise dos textos selecionados foi realizada por meio da análise temática, uma técnica que possibilita identificar, organizar e interpretar padrões de sentido presentes nos dados, de modo a

construir categorias que dialoguem com a questão de pesquisa. Segundo Braun e Clarke (2006), esse tipo de análise permite compreender não apenas a recorrência de determinados conteúdos, mas também as relações entre eles e seus significados no contexto investigado. Dessa forma, a leitura integral dos estudos possibilitou a elaboração de eixos temáticos que estruturaram a discussão dos resultados.

Ao longo do artigo, serão apresentadas e discutidas as principais contribuições desses estudos, articuladas com as legislações pertinentes, livros, manuais e outros documentos norteadores que se mostraram relevantes para o aprofundamento da temática. Essa integração permite não apenas destacar os resultados encontrados na literatura científica, mas também situá-los no contexto mais amplo das políticas públicas e da prática socioeducativa no Brasil.

### **3. INSERÇÃO PROFISSIONAL NA SOCIOEDUCAÇÃO**

A inserção profissional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas envolve múltiplas dimensões que precisam ser compreendidas em articulação: os marcos legais que fundamentam essa garantia, o trabalho como direito e instrumento de reintegração social, as condições concretas de oferta nas unidades, as experiências relatadas na literatura científica e as lacunas ainda existentes nas políticas públicas.

Para tratar dessa complexidade, esta seção está organizada em cinco eixos: inicialmente, apresenta-se o marco legal e conceitual da socioeducação; seguido da discussão sobre o trabalho como direito e política de reintegração; em seguida, abordam-se as condições e os desafios para a inserção profissional nas unidades; destacando-se, posteriormente, as experiências e propostas descritas na literatura; por fim, discutem-se as principais lacunas e potencialidades apontadas pelas pesquisas sobre o tema.

#### **3.1 Marco legal e conceitual da socioeducação**

A socioeducação no Brasil está fundamentada em marcos normativos que reconhecem a adolescência como etapa peculiar do desenvolvimento humano e asseguram aos jovens em conflito com a lei o direito à proteção integral. O principal instrumento jurídico é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/90 (Brasil, 1990), que orienta a aplicação das medidas socioeducativas como formas pedagógicas de responsabilização, e não como punição penal. Nesse sentido, o artigo 112 do ECA define as medidas aplicáveis, enquanto os artigos 124 e 125 reforçam os direitos dos adolescentes privados de liberdade, incluindo o acesso à educação, à inserção profissional.

Complementarmente, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamentado pela Lei nº 12.594/12 (Brasil, 2012), estabelece diretrizes para a organização e execução das medidas socioeducativas, com ênfase no caráter protetivo, educativo e social. O documento reafirma o dever do Estado em garantir aos adolescentes condições de desenvolvimento pessoal e social, com vistas à reintegração comunitária. Como destacam Oliveira et al. (2021) e Silva (2020), o SINASE contribuiu para consolidar uma concepção mais abrangente da socioeducação, vinculando-a às políticas públicas e aos direitos fundamentais.

A Constituição Federal de 1988, por sua vez, ao assegurar a prioridade absoluta aos direitos das crianças e dos adolescentes (art. 227), confere respaldo jurídico às políticas de atendimento

socioeducativo. Nessa perspectiva, o processo de responsabilização deve ser compreendido como uma oportunidade de reconstrução de vínculos sociais e de acesso a direitos historicamente negados. Segundo Barroso, Josviak e Bessa (2015), a socioeducação deve se afastar de práticas meramente disciplinadoras e assumir um papel transformador, capaz de contribuir para a formação crítica e cidadã dos adolescentes.

Portanto, o marco legal da socioeducação orienta não apenas a aplicação das medidas, mas também a concepção do adolescente como sujeito de direitos. Como afirmam Lazzarotto et al. (2014), reconhecer esse sujeito implica garantir condições efetivas para seu desenvolvimento integral, entre as quais se destaca a inserção qualificada no mundo do trabalho. É sobre esse aspecto que se debruça o presente estudo.

### **3.2 O trabalho como direito e política de reintegração**

A inserção profissional e o acesso ao trabalho figuram entre os direitos fundamentais assegurados aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, constituindo elementos centrais no processo de responsabilização e reinserção social. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar, com absoluta prioridade, o direito à inserção profissional. Essa determinação é reiterada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece, em seu artigo 124, o direito dos adolescentes privados de liberdade à profissionalização e às atividades laborativas protegidas.

No âmbito das diretrizes específicas do atendimento socioeducativo, o SINASE (Lei nº 12.594/2012) orienta que o planejamento pedagógico nas unidades inclua ações voltadas à formação para o trabalho, integrando aspectos educacionais, culturais e profissionais. Essa abordagem visa à promoção do desenvolvimento integral do adolescente e à construção de projetos de vida que rompam com os ciclos de exclusão e vulnerabilidade. Como aponta Savanhago (2019), o trabalho, nesse contexto, não deve ser concebido como instrumento de disciplina, mas como estratégia de inclusão e valorização do sujeito.

Entretanto, é preciso reconhecer os limites dessa proposta quando confrontada com a realidade concreta das unidades socioeducativas. De acordo com Oliveira (2021), a oferta de atividades profissionalizantes ainda é incipiente, desarticulada das políticas públicas de emprego e educação, e muitas vezes desconectada do perfil e das necessidades dos adolescentes atendidos. Essa distância entre o discurso legal e a prática institucional revela a fragilidade da política de reinserção socioprofissional no sistema socioeducativo.

Além disso, o trabalho não pode ser analisado de forma isolada, mas articulado às dimensões sociais, econômicas e educacionais que condicionam a trajetória dos jovens em conflito com a lei. Como observa Silva (2020), grande parte desses adolescentes já enfrentava, antes da medida, experiências precárias de inserção laboral, geralmente marcadas por informalidade, subempregos ou exploração. Assim, pensar a inserção profissional como direito requer considerar as desigualdades estruturais que atravessam suas vidas e construir políticas intersetoriais que garantam acesso real e contínuo à formação e ao emprego digno.

Nesse sentido, o trabalho deve ser compreendido como componente essencial da política de proteção integral, e não como compensação ou forma de controle. A perspectiva socioeducativa exige, portanto, que se ultrapasse o assistencialismo e se consolidem práticas formativas que promovam a emancipação e a autonomia dos adolescentes.

### 3.3 Condições e desafios na oferta da inserção profissional nas unidades

Embora o direito à inserção profissional esteja previsto no ordenamento jurídico brasileiro e seja reiteradamente reconhecido nos documentos normativos da socioeducação, sua efetivação nas unidades de internação enfrenta entraves significativos. A literatura aponta que, na prática, há uma distância considerável entre as diretrizes legais e as condições objetivas de implementação de programas de inserção profissional para adolescentes em cumprimento de medidas. Entre os principais obstáculos estão a carência de recursos humanos especializados, a infraestrutura precária e a ausência de parcerias consistentes com instituições externas, como o SENAI, o IFB e empresas locais.

Segundo Carneiro (2012), muitas unidades carecem de ambientes adequados para o desenvolvimento de atividades formativas, como oficinas, laboratórios e materiais didáticos. Além disso, há dificuldade na articulação entre a inserção profissional e o projeto pedagógico da unidade, o que compromete a continuidade e a eficácia das ações. Programas que se iniciam em determinados ciclos frequentemente são descontinuados, interrompendo processos formativos e frustrando expectativas dos adolescentes.

Cella, Tedesco e Mello (2017) observa que a ausência de diálogo entre os setores responsáveis pelo atendimento socioeducativo – como a educação, o trabalho e a assistência social – compromete a construção de uma política intersetorial que assegure o direito ao trabalho de forma integrada. Essa fragmentação institucional se traduz em ações pontuais e desarticuladas, muitas vezes pautadas por interesses políticos locais e sem continuidade após a desinternação.

Outro desafio identificado refere-se à resistência cultural de profissionais e gestores quanto à inserção profissional dos adolescentes privados de liberdade. Silva (2020) chama a atenção para o preconceito social que ainda recai sobre essa população, dificultando o estabelecimento de parcerias com empresas ou instituições de formação. Esse estigma reforça a lógica punitiva e impede que as medidas socioeducativas cumpram seu caráter pedagógico e restaurador.

De acordo com Oliveira (2021), a ausência de um planejamento pedagógico consistente, associado à rotatividade dos profissionais e à falta de formação continuada, compromete a qualidade da intervenção nas unidades. Assim, a inserção profissional acaba assumindo um papel secundário diante das urgências institucionais, o que impede sua consolidação como eixo estruturante da socioeducação.

A partir de uma pesquisa-intervenção realizada em um Centro de Socioeducação, Walger et al. (2024) propuseram uma atuação da Psicologia Crítica do Trabalho que valoriza a escuta dos trabalhadores e a transformação coletiva das condições laborais. O estudo revelou que o sofrimento e o adoecimento dos servidores da socioeducação estão atrelados à precarização do ambiente institucional, à instabilidade da gestão pública e à ausência de políticas voltadas à saúde do trabalhador. Para enfrentar esse cenário, as autoras desenvolveram dispositivos metodológicos baseados na presença contínua da equipe no local, em atendimentos clínico-institucionais, em atividades grupais e na articulação com os gestores – ações que permitiram promover a circulação da palavra, estimular a reflexão crítica e fomentar estratégias de enfrentamento coletivas. Trata-se, portanto, de uma proposta que fortalece a autonomia dos trabalhadores e aponta caminhos para o enfrentamento das tensões e contradições presentes na política socioeducativa.

Esses desafios demonstram que garantir a inserção profissional no sistema socioeducativo exige mais do que a previsão legal: é necessário compromisso político, planejamento articulado e ações efetivas que reconheçam os adolescentes como sujeitos de direitos e protagonistas de seus projetos de vida.

### **3.4 Experiências e propostas identificadas na literatura**

Apesar dos inúmeros desafios enfrentados na efetivação do direito à inserção profissional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, a literatura científica aponta algumas experiências e propostas que buscam reverter esse quadro e fortalecer a dimensão formativa da socioeducação. Essas iniciativas, embora pontuais, evidenciam a importância da articulação entre o sistema socioeducativo, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e o setor produtivo.

Ribeiro (2021) descreve experiências formativas que incorporam dimensões culturais e sociais ao processo de qualificação, como as oficinas de geração de renda, realizadas em articulação com a comunidade local. Tais iniciativas buscam não apenas capacitar tecnicamente, mas também fomentar o protagonismo dos adolescentes e garantir a continuidade dos processos formativos após a medida. A efetivação dessas ações, entretanto, depende de parcerias institucionais e da atuação comprometida dos gestores em assegurar infraestrutura adequada e planejamento pedagógico consistente.

Lima (2024) defende a constituição de projetos formativos que vão além da capacitação técnica, incorporando dimensões culturais, sociais e políticas do trabalho. Segundo o autor, práticas pedagógicas intersetoriais, baseadas na escuta e no protagonismo juvenil, revelam-se mais potentes na construção de trajetórias emancipatórias. Um exemplo mencionado é a implementação de oficinas de geração de renda que envolvem a comunidade local e proporcionam aos adolescentes a experimentação concreta de atividades produtivas.

Barros et al. (2024) apresentam uma experiência desenvolvida no estado do Espírito Santo que analisou o impacto da inserção profissional na trajetória de adolescentes egressos do sistema socioeducativo. A pesquisa mostrou que, quando bem estruturados e articulados com políticas públicas locais, os cursos de formação ofertados durante o cumprimento da medida podem se converter em estratégias concretas de inclusão sociolaboral. Um dos elementos destacados pelos autores foi a importância do acompanhamento pós-medida e da escuta qualificada dos jovens, como forma de garantir continuidade ao processo formativo. Esses achados reforçam a necessidade de ampliar os horizontes da inserção profissional na socioeducação para além do espaço institucional, articulando formação, inserção e permanência no mundo do trabalho.

Ribeiro (2021) destaca iniciativas inspiradas na educação social, em que o trabalho é entendido como mediação para o desenvolvimento integral. Nesses modelos, a inserção profissional está integrada a projetos educativos mais amplos, que valorizam a convivência, o cuidado, a corresponsabilidade e o fortalecimento de vínculos afetivos. A valorização do território e da cultura local também emerge como estratégia para ressignificar o trabalho e construir alternativas de futuro compatíveis com o contexto de vida dos adolescentes.

Oliveira (2021) propõe o fortalecimento de redes territoriais que envolvam escola, unidade socioeducativa, serviços públicos e organizações comunitárias no desenho e na execução de programas de formação para o trabalho. Para a autora, é necessário romper com a lógica fragmentada e hierarquizada da política pública, investindo em propostas educativas integradas e territorializadas.

Savanhago (2019), por sua vez, enfatiza que experiências exitosas no campo da socioeducação envolvem necessariamente a participação ativa dos adolescentes na construção das ações, respeitando seus saberes, suas necessidades e seus desejos. A valorização do protagonismo juvenil é apontada como elemento fundamental para a construção de projetos de vida consistentes e socialmente reconhecidos.

Essas experiências, embora limitadas em alcance e continuidade, indicam caminhos possíveis para a qualificação das práticas de inserção profissional no sistema socioeducativo. Elas reforçam a necessidade de políticas públicas comprometidas com a inclusão, a justiça social e o reconhecimento da juventude em conflito com a lei como sujeitos plenos de direitos.

### **3.5 Lacunas e potencialidades apontadas nas pesquisas**

A análise da literatura científica evidencia que, embora haja consenso quanto à importância da inserção profissional como eixo estruturante da socioeducação, persistem lacunas significativas na consolidação de políticas públicas duradouras e eficazes nesse campo. Uma das principais fragilidades identificadas refere-se à ausência de avaliação sistemática dos impactos dos programas de inserção profissional nas trajetórias dos adolescentes após o cumprimento das medidas socioeducativas. Os estudos raramente acompanham os egressos, o que limita a compreensão sobre a efetividade das ações desenvolvidas no interior das unidades.

Meireles, Martins e Fernandes (2025) destacam que, mesmo quando ofertadas atividades formativas durante o período de internação, há pouca ou nenhuma articulação com políticas de inserção laboral no pós-medida. A ruptura entre o espaço institucional e a vida em liberdade compromete a continuidade dos projetos de vida iniciados durante o atendimento, o que pode contribuir para a reincidência infracional. Essa desconexão revela a carência de políticas intersectoriais capazes de integrar o sistema socioeducativo às redes locais de proteção, educação e trabalho.

Outro ponto crítico é a desvalorização da dimensão educativa da inserção profissional. Lazzarotto et al. (2014) observam que muitos programas ainda operam com uma lógica tecnicista e descontextualizada, desconsiderando as experiências, os interesses e as identidades dos adolescentes. Para Silva (2020), essa postura reitera práticas excludentes e dificulta a construção de propostas pedagógicas mais emancipadoras.

Barbosa (2024) chama atenção para a ambiguidade presente nas propostas de inserção profissional para adolescentes em medida de semiliberdade, ao evidenciar que, em muitos casos, o trabalho ofertado não se configura como protegido, mas sim como expressão de práticas precarizadas que violam os direitos da juventude. A autora aponta que a ausência de fiscalização adequada, aliada à pressão por indicadores de ressocialização, pode legitimar formas veladas de trabalho infantil, especialmente em contextos de pobreza e exclusão social. Essa crítica reforça a necessidade de repensar os critérios de oferta formativa, garantindo que as experiências laborais propostas estejam efetivamente alinhadas com os princípios da proteção integral, da dignidade e da emancipação.

Ao mesmo tempo, a literatura revisada apresenta potenciais caminhos para o fortalecimento da inserção profissional no âmbito da socioeducação. Oliveira (2021) propõe que se adote uma abordagem que considere o território como espaço formativo, promovendo o diálogo entre saberes locais e técnicos. A pedagogia da alternância, por exemplo, é mencionada como possibilidade de articular formação teórica e prática em contextos reais de produção e convivência.

Além disso, Lima (2024) e Meireles, Martins e Fernandes (2025) apontam que a valorização da escuta ativa dos adolescentes e a incorporação de suas vozes no planejamento pedagógico podem potencializar os resultados dos programas. Essa postura requer a adoção de metodologias participativas e o reconhecimento da juventude como sujeito histórico em formação.

O estudo de Correia e Camargo (2024) reforça que os estigmas relacionados aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas são determinantes para sua exclusão do mercado de trabalho formal, além de apontar a ausência de atenção da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) a esse público. Os autores evidenciam que, mesmo diante de políticas como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), esses jovens continuam sendo invisibilizados nas práticas de inclusão profissional, o que compromete sua reintegração social. Tal reflexão amplia o debate sobre os desafios da socioeducação ao articular o papel da POT como possível agente de transformação institucional, tanto nos espaços de cumprimento das medidas quanto nas organizações de trabalho, propondo uma atuação que supere a estigmatização e promova políticas inclusivas efetivas.

Em síntese, embora as pesquisas revelem um cenário marcado por fragilidades estruturais, institucionais e políticas, elas também oferecem contribuições valiosas para a construção de práticas mais efetivas. Reconhecer essas lacunas e potencialidades é fundamental para o avanço da socioeducação enquanto política pública comprometida com a inclusão, a justiça social e a dignidade dos adolescentes em conflito com a lei.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo teve como objetivo analisar, a partir da literatura científica, as principais abordagens sobre a inserção profissional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, destacando desafios, políticas públicas e propostas de formação para o trabalho. A análise bibliográfica permitiu reunir contribuições significativas de autores que discutem a relação entre inserção profissional, responsabilização e inclusão social, no marco das diretrizes legais do ECA e do SINASE.

Constatou-se que, embora a legislação brasileira assegure o direito à inserção profissional no contexto da socioeducação, sua concretização ainda é marcada por descontinuidades, improvisações e limitações estruturais. A ausência de articulação intersetorial, a fragilidade das parcerias institucionais e o estigma social associado aos adolescentes em conflito com a lei dificultam a construção de políticas consistentes de reinserção socioprofissional.

Por outro lado, a literatura revisada também revela experiências promissoras e propõe alternativas metodológicas que apontam para a valorização do protagonismo juvenil, da intersetorialidade e da territorialização das ações. Tais contribuições reforçam a importância de compreender o trabalho como direito e como ferramenta de emancipação, e não apenas como mecanismo disciplinador.

Conclui-se, portanto, que a efetivação da inserção profissional no âmbito da socioeducação exige mais do que previsões normativas: requer vontade política, compromisso institucional, escuta ativa dos adolescentes e ações pedagógicas que considerem suas realidades, saberes e potencialidades. Que a literatura científica continue a iluminar caminhos e a subsidiar práticas que fortaleçam o direito à inserção profissional como parte de um projeto maior de justiça social e inclusão.

## 5. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Adriana Soares. Jovens trabalhadores em semiliberdade no estado do Rio de Janeiro: reflexões sobre o trabalho protegido e o trabalho infantil. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 6, p. 1–23, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/7655/4883>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BARROS, Edna Maria Rodrigues Moura et al. A educação profissional como política de inclusão na socioeducação do ES: um estudo sobre os egressos dos cursos de qualificação profissional. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 5, p. 6607–6624, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/6607>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BARROSO, Geni Helena Marques; JOSVIK, Mariane; BESSA, Sueli Teixeira. **Aprendizagem no sistema socioeducativo**: manual de atuação da Coordenação Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. Disponível em: [https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/crianca-e-adolescente/atos-infracionais-e-medidas-socioeducativas/artigos/teses/manuais/publicacoes/aprendizagem\\_no\\_sistema\\_socioeducativo\\_mpt\\_2015.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/crianca-e-adolescente/atos-infracionais-e-medidas-socioeducativas/artigos/teses/manuais/publicacoes/aprendizagem_no_sistema_socioeducativo_mpt_2015.pdf). Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. [online]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm). Acesso em: 29 jul. 2025.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 09 set. 2025.

CARNEIRO, Simara Silva. Socioeducação e juventude: reflexões sobre a educação de adolescentes e jovens para a vida em liberdade. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 96-118, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/8398>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CELLA, Camila Franzen; TEDESCO, Anderson Luiz; MELLO, Maria Luiza. Reflexões teóricas acerca da efetividade das medidas socioeducativas. **Revista Jurídica**, Pato Branco/PR, v. 1, n. 1, p. 203-225, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unidep.edu.br/rjfd/article/view/27>. Acesso em: 26 jul. 2025.

CORREIA, Gabriel Oliveira Mendes; CAMARGO, Mário Lázaro. Relações de trabalho e desafios para a inclusão de pessoas em cumprimento de medidas socioeducativas: um ensaio teórico baseado na literatura nacional. **Psicologia e Saúde em Debate**, v. 10, n. 2, p. 693–708, 2024. Disponível em: <https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/1206>. Acesso em: 29 jul. 2025.

LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini et al. **Medida socioeducativa:** entre A & Z. Porto Alegre: UFRGS: Evangraf, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/115265/000913764.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jul. 2025.

LIMA, Juliana Vinuto. Efeitos da superlotação no trabalho de segurança socioeducativa: uma análise comparativa entre Amazonas e Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, Porto Alegre, v. 10, p. 1–34, 2024. Disponível em: <https://reedrevista.org/reed/article/view/831/480>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MEIRELES, Mayara Wetler Christ; MARTINS, Hanelore de Paula; FERNANDES, Lorena Estevam Martins. Formação continuada de servidores e satisfação no trabalho socioeducativo. **Cadernos Cajuína**, Teresina, v. 10, n. 1, p. 1-21, 2025. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/810>. Acesso em: 29 jul. 2025.

OLIVEIRA, Berthyelle Menezes de et al. **Menores infratores:** ampliando perspectivas por meio da orientação profissional – Projeto Integrar. 2021. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte/MG. Orientadores: Fernanda Maria Franco; Luiz Henrique Vieira de Magalhães. Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/1a22b364-a357-4827-8e66-34c42d7e109b/content>. Acesso em: 25 jul. 2025.

RIBEIRO, Ana Maria Bandeira. **Educação prisional:** sua importância e possibilidade na ressocialização de pessoas em privação de liberdade. Orientadora: Zélia Maria Borges. 2021. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2821/1/MONOGRAFIA%20II%20%20810%29.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SAVANHAGO, Liandra. **Sentidos Sobre o Trabalho para Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.** 2019. 172 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/215151/PPSI0836-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SILVA, Zenilda Nicácio da. **A socioeducação e escolarização de adolescentes em conflito com a lei no Centro Educativo Masculino da Fundação de Atendimento Sócio Educativa do Pará – FASEPA.** 2020. 211 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Facultad de Ciencias Políticas, jurídicas y de la Comunicación, Universidad Autónoma de Asunción, Assunção, Paraguai, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/6681/Acervo/Detalle/1845?returnUrl=/terminal/6681/Home/Index&guid=1728345607490>. Acesso em: 05 set. 2025.

**Submissão: 25/07/2025**

**Aceito: 24/09/2025**